

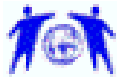
# PLANO ESTRATÉGICO

ORBIS – Cooperação e Desenvolvimento



FEVEREIRO 2008

Este documento pretende expor de forma sucinta o Plano Estratégico da ONG – Orbis – Cooperação e Desenvolvimento. Tem como principal objectivo a apresentação da estratégia de desenvolvimento da organização nos próximos 3 anos.



---

## Índice

<b>ÍNDICE</b> .....	<b>2</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS</b> .....	<b>3</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>4</b>
<b>1. ANÁLISE INTERNA</b> .....	<b>5</b>
1.1. ORBIS (APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO) .....	5
1.2. RECURSOS HUMANOS .....	5
1.3. RAZÃO DE EXISTIR DA ORGANIZAÇÃO – MISSÃO, CULTURA E VALORES .....	7
<b>2. ANÁLISE MACRO – AMBIENTE</b> .....	<b>8</b>
2.1. AMBIENTE SÓCIO CULTURAL.....	8
2.2. AMBIENTE POLÍTICO .....	10
2.3. AMBIENTE ECONÓMICO .....	14
2.4. AMBIENTE TECNOLÓGICO .....	18
<b>3. ANÁLISE DE MERCADO AVEIRO</b> .....	<b>21</b>
<b>4. BREVE SEGMENTAÇÃO E POSICIONAMENTO</b> .....	<b>26</b>
<b>5. ANÁLISE SWOT</b> .....	<b>27</b>
<b>6. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS</b> .....	<b>29</b>
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>31</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>32</b>
<b>NETGRAFIA</b> .....	<b>33</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>34</b>
ANEXO I.....	34
ANEXO II .....	35
ANEXO III.....	36

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Organograma ORBIS .....	6
Figura 2: Instrumento de Financiamento da Cooperação para o Desenvolvimento (2007 – 2013) .....	10
Figura 3: Posse de computador, ligação à Internet e ligação através de banda larga nos agregados domésticos, 2002-2006 (%) .....	19
Figura 4: Empresas sediadas na Região de Aveiro, em 2004 .....	21
Figura 5: Empresas por sector de actividade na região de Aveiro, em 2004 .....	22
Figura 6: Índice de Poder de Compra per capita na Região de Aveiro, em 2004 .....	23
Figura 7: Taxa de desemprego na Região de Aveiro, em 2001 .....	24
Figura 8: Nível de educação na Região de Aveiro, em 2001 .....	25



---

## INTRODUÇÃO

Este plano visa explicar de forma genérica e para um período de três anos a estratégia de desenvolvimento da organização ORBIS – Cooperação e Desenvolvimento, adiante designada por ORBIS.

É importante referenciar que a ORBIS, criada formalmente em Setembro de 2006, já desde 2000 que actuava na promoção dos povos que contactava através das diferentes experiências de voluntariado e outras acções.

Face aos desafios criados pelo estatuto civil, actualmente adquirido, torna-se imperativo delinear de forma estruturada, coerente e realista o caminho a seguir.

A estratégia da ORBIS patente no presente documento irá assentar numa análise interna da organização aliada ao estudo dos factores macro ambientais passíveis de influenciar as actividades e formas de actuação da ORBIS. Partindo das inferências obtidas pretendemos delinear estratégias racionais e adequadas.



---

## **1. ANÁLISE INTERNA**

### **1.1. ORBIS (Apresentação da Organização)**

Fundada em 2006, a ORBIS é uma Organização Não Governamental, que surgiu do amadurecimento do serviço de voluntariado missionário promovido e organizado pela Diocese de Aveiro.

O crescente reconhecimento das necessidades e o conseqüente aumento da amplitude de projectos a realizar tornou imperativa a constituição de um organismo legalmente reconhecido. Surge então a 16 de Outubro de 2006, na condição de Organização Não Governamental.

Ainda enquanto Secretariado de Animação Missionária (antes da criação legal de ORBIS – Cooperação e Desenvolvimento), foram desenvolvidos diversos projectos, sendo o mais relevante a formação e envio de voluntários para apoiar nos trabalhos de missões católicas nos PALOP. Foram desenvolvidas ainda angariações de fundos e envio de materiais para apoio a escolas e campos de refugiados em Angola, Benguela e Lwena respectivamente.

Actualmente a ORBIS – Cooperação e Desenvolvimento tem apostado fortemente em acções de Educação para o Desenvolvimento, assim como numa consolidação de projectos de desenvolvimento possibilitadas pela identidade legal da organização.

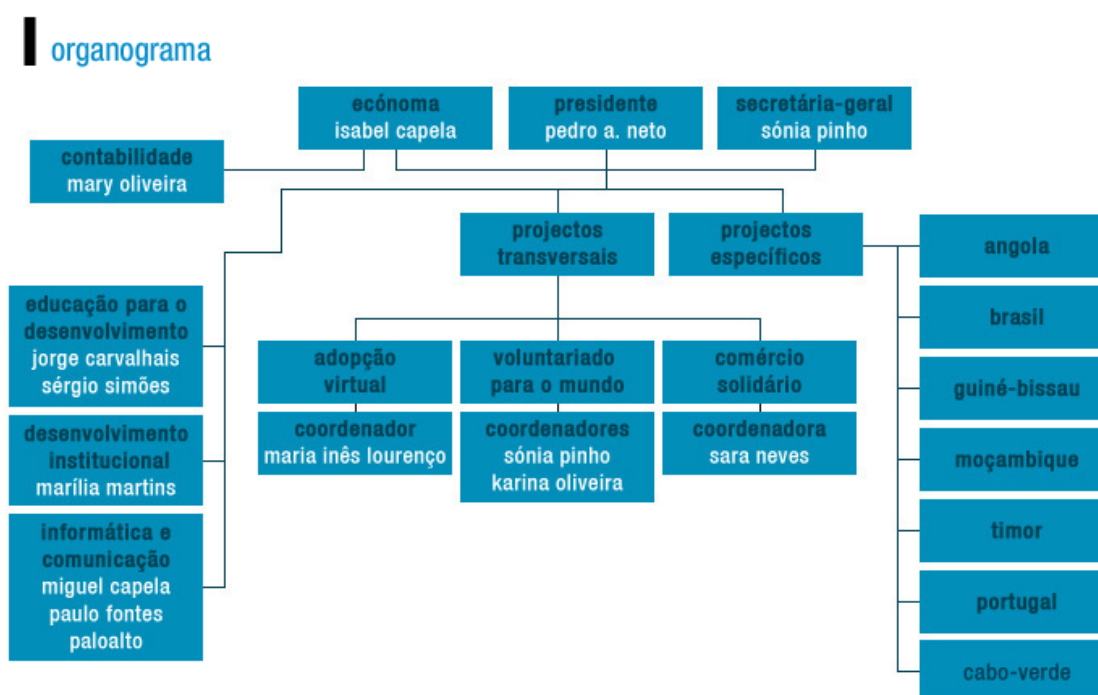
### **1.2. Recursos Humanos**

Actualmente a ORBIS conta com os esforços regulares de treze voluntários, com responsabilidades distintas, reforçados por apoios pontuais sempre que solicitados.

A figura abaixo retrata os diferentes sectores que permitem um funcionamento adequado às necessidades prementes da ORBIS e às actuais condições possíveis.



FIGURA 1: ORGANOGRAMA ORBIS



Fonte: Interna

Conforme visualização inequívoca, assumimos a horizontalidade das relações intersectoriais, potenciadas pela capacidade de trabalho em equipa e cooperação dos vários voluntários enunciados (sempre que necessário apoiados por outros que não se encontram aqui retratados, mas que permitem uma maior amplitude de trabalho).



### **1.3. Razão de existir da Organização – Missão, cultura e valores**

Sendo uma Organização vocacionada para a Cooperação para o Desenvolvimento, tem como objectivo último, pela sua acção, combater a pobreza extrema, colaborando para o desenvolvimento sustentável dos povos.

O seu trabalho é realizado através dos seus membros e dos projectos que promove com competência junto das populações dos denominados países menos desenvolvidos, em especial, mas não em exclusividade, os países de expressão portuguesa.

Pretende-se que esta promoção seja efectuada quer no terreno, quer na sede, a partir da preparação, elaboração e implementação de projectos de cooperação para o desenvolvimento.

Como instituição que valoriza a solidariedade social, procura contribuir, também em Portugal, para a promoção de um desenvolvimento social mais justo e humano, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços de sensibilização e combate à pobreza.

Todos os projectos da ORBIS têm uma componente de formação que permite aos locais continuar e desenvolver os projectos e bens originados por eles que a ORBIS iniciou. Pretende dar-se as condições para que as pessoas por si possam subir os degraus do desenvolvimento, sendo de facto, os próprios destinatários beneficiados a rentabilizar e a dar continuidade aos projectos depois de inicialmente implantados pela Organização. Impedindo-se deste modo que os trabalhos terminem quando a ORBIS se retirar do terreno, assegurando as políticas de desenvolvimento local sustentado que a associação promove.



## 2. ANÁLISE MACRO – AMBIENTE

A análise dos factores macro-ambientais é um ponto de extrema importância para a nossa organização, na medida que permite inventariar uma série de condicionantes que poderão influenciar, positiva e negativamente as actividades da ORBIS.

Deste modo, iremos inventariar os vários ambientes envolventes, passíveis de influir nos objectivos da organização.

### 2.1. Ambiente Sócio Cultural

Actualmente assistimos a uma crescente consciencialização da sociedade civil para a temática do desenvolvimento sustentável e por consequência para os projectos de **solidariedade social**.

Esta maior preocupação acontece principalmente por parte dos países desenvolvidos perante os países em vias de desenvolvimento com menores recursos. Materializando-se geralmente nas dicotomias Norte – Sul e Oeste – Este, embora este seja já um conceito em mutação, sobretudo com a emergência das grandes potências asiáticas.

Esta tendência é sustentada pelo melhor e facilitado acesso às novas tecnologias da informação e comunicação por parte dos indivíduos. Os media, apoiados na progressiva globalização, denunciam em tempo real e oportuno as necessidades prementes e dificuldades vividas em locais geograficamente distantes.

A cidadania global, tema recorrente na oficialidade das comunicações dos media e na coloquialidade das conversas do dia-a-dia dos cidadãos, resulta num sentimento generalizado de **responsabilidade social**<sup>1</sup>, não só perante aqueles que partilham das mesmas ideologias e culturas, mas também pela multiplicidade social, étnica e cultural.

---

<sup>1</sup> trata-se de um modo de contribuir, de forma positiva, para a sociedade e de gerir os impactos sociais e ambientais da organização como forma de assegurar e aumentar competitividade no mercado. (<http://www.portaldaempresa.pt/CVE/pt/Gestao/ResponsabilidadeSocial/>)





Esta consciência de cidadania global e crescente preocupação com uma temática tão importante actualmente, é fundamentada pelos inúmeros fóruns criados através das novas tecnologias (sites e blogs<sup>2</sup>) onde convergem as opiniões de centenas de pessoas, prestando os seus pontos de vista e que acabam por aferir uma maior importância a este tema.

*“...uma nova vaga alicerçada na solidariedade, na dimensão social e humana tem vindo paulatinamente a emergir, ténue, mas com vontade de conquistar uma visibilidade mais corporativa. Os novos drivers na área da responsabilidade social, ainda longe de uma concepção mais altruísta, têm sem dúvida importância na defesa dos valores humanos fundamentais como expectativa num futuro a curto e médio prazo de comprometimento corporativo sustentado na consciencialização de boas práticas empresariais e do seu impacte a nível da dimensão social, da ética, do respeito ambiental, da promoção de boas práticas em matéria de SHST e na defesa intransigente da qualidade a todos os níveis da organização.”*

Fonte: António Costa Tavares in Revista Segurança, 14/09/07

Convém também referir que o conceito de responsabilidade social e de cidadania global integra valores ambientais e ecológicos, mas que se traduzem também numa constante preocupação com os outros povos e as gerações futuras.

*“Quando se fala de RSE fala-se, normalmente, de reciclagem do lixo doméstico e industrial, da reciclagem dos toners, dos plásticos, do papel, mas também do respeito pelas pessoas com quem convivemos diariamente, seja no trabalho, na rua ou em casa e ainda do apoio que prestamos à sociedade.”*

Fonte: <http://www.portaldaempresa.pt/CVE/pt/Gestao/ResponsabilidadeSocial/>

É inequívoco afirmar que os conceitos de solidariedade e responsabilidade social encontram-se na ordem da actualidade, fruto das inúmeras campanhas que são criadas, utilizando para isso épocas específicas e que apelam de uma forma mais intensiva aos valores que lhe estão inerentes. Exemplos disso mesmo são as campanhas iniciadas nas épocas Natalícias (<http://www.portugalvivo.com/spip.php?article794>).

---

<sup>2</sup> <http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20080329151358AAAlmsYv>



## 2.2. Ambiente Político

Actualmente, as estratégias políticas internas de cada nação são definidas em concordância com a conjuntura internacional, práticas globais e a sua articulação com os interesses nacionais de cada um.

Com base nesta premissa é importante afirmar que, para além dos objectivos internos, os programas políticos visam também o desenvolvimento além-fronteiras, através de acordos de cooperação multi e bilaterais entre os vários estados e organismos legalmente reconhecidos.

*“A CE possui hoje uma extensa rede de programas e acordos de cooperação com países e regiões em desenvolvimento (ex. países ACP, Ásia, América Latina, Mediterrâneo), crescentemente assentes no diálogo político, na cooperação financeira e na cooperação económica e comercial.”*

Fonte: [http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=119&Itemid=119](http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=119&Itemid=119)

A aposta da União Europeia na cooperação para o desenvolvimento é visível no quadro seguinte, onde podemos observar as áreas geográficas e temáticas de maior intervenção. É importante relevar que os 16.897 M€ abaixo discriminados referem-se a apenas uma parcela do montante reservado para a Relações Externas da UE, que atinge um total de 49.463 M€, do qual 1.103,7 M€ são destinados a outro sector fundamental: a Democracia e os Direitos Humanos (ver figura 2).

**FIGURA 2: INSTRUMENTO DE FINANCIAMENTO DA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (2007 – 2013)**

<b>PROGRAMAS GEOGRÁFICOS</b>	<b>10.057 M€</b>
América Latina	2.690 M€
Ásia	5.187 M€
Ásia Central	719 M€
África do Sul	980 M€
Médio Oriente	481 M€
<b>PROGRAMAS TEMÁTICOS</b>	<b>6.840 M€</b>
Investir nas pessoas (saúde, educação, género, etc)	1.060 M€



Ambiente e gestão sustentável dos recursos naturais	804 M€
ONG e actores locais	1.639 M€
Segurança Alimentar	1.709 M€
Migração e Asilo	384 M€
Protocolo Açúcar (para os países ACP)	1.244 M€
<b>TOTAL</b>	<b>16.897 M€</b>

Fonte: [http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=119&Itemid=119](http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=119&Itemid=119)

Ainda no plano político, assiste-se hoje a um fenómeno de democratização dos estados em desenvolvimento. Muitas nações vítimas de regimes autoritários e totalitários transformam-se actualmente, devido em grande parte às fortes pressões internacionais, em novas democracias. O processo de democratização possibilitado, na maioria dos casos, pela estabilização decorrente do fim das guerras civis e de uma atenuação dos efeitos das descolonizações, apesar de altamente benéfico é lento e extremamente complexo.

*“Vivemos actualmente numa era em que a liberdade e a democracia são uma exigência em praticamente todo o globo. A Europa Ocidental e Central já erradicaram os governos totalitários há várias décadas, enquanto que os países da Europa de Leste estão a substituir os seus sistemas políticos por regimes democráticos. Estas mudanças políticas na Europa tiveram um efeito de contágio, contaminando outros povos um pouco por todo o mundo.*

*A América Central e do Sul têm actualmente uma grande percentagem de países democráticos. O mesmo se passa na Ásia, com o surgimento de novas democracias. O continente africano também não é excepção, uma vez que está a ser varrido por uma onda democrática sem precedentes.”*

Fonte: <http://www.modernizacao-administrativa.pt/newsletter/5/MA5/Census1.html>

Podemos então aferir que existe uma **crescente abertura** das elites políticas, quer dos países desenvolvidos para a cooperação, quer dos países em vias de desenvolvimento para a implementação de estratégias de desenvolvimento.



Contudo, apesar da conjuntura ser tendencialmente favorável à promoção das nações, a corrupção de muitos agentes políticos aliada a um forte sistema de grupos de pressão e interesses particulares exercidos sobre políticos internacionais, diminui os resultados esperados, criando, entre outros, dependências e barreiras ao desenvolvimento sustentável.

*“Por causa da grande dependência das ajudas ao desenvolvimento, os governos ACP (África, Caraíbas e Pacífico) ,não tiveram outra escolha senão ceder perante as exigências da UE de abrir os seus mercados aos produtos e aos serviços europeus. A forte insistência colocada nas negociações dos APE (Acordos de Parceria Económica) sobre a liberalização do comércio, prova que as negociações não procuram senão facilitar o acesso da Europa aos mercados dos países ACP em vez de lhes assegurar o desenvolvimento.”*

Fonte:[http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia\\_all.asp?noticiaid=9480&seccaoid=9&tipoid=85](http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia_all.asp?noticiaid=9480&seccaoid=9&tipoid=85)

Outro aspecto também importante de referir é a crescente preocupação dos governos nacionais numa maior equidade, igualdade e oportunidades de coesão social, que vai ao encontro de projectos de solidariedade social.

Um exemplo disso mesmo são os objectivos patentes na estratégia nacional de desenvolvimento sustentável.

( ver: <http://www.desenvolvimentosustentavel.pt/pt/desenvolvimentosustentavel/indicadores-e-metas/lista.aspx> )

No que concerne às estratégias políticas na cooperação para o desenvolvimento é fundamental referir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio constantes na Declaração do Milénio elaborada em 2000.

*“Em Setembro de 2000, chefes de Estado e de Governo de 189 países, incluindo Portugal, reuniram-se nas Nações Unidas. Ali assinaram a Declaração do Milénio, comprometendo-se a lutar contra a pobreza e fome, a desigualdade de género, a degradação ambiental e o vírus do VIH/SIDA. Assumiram ainda o compromisso de melhorar o acesso à educação, a cuidados de saúde e a água potável. Para avaliar o cumprimento daquele compromisso, estabeleceram 8 Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), a alcançar até 2015. (...)Em 2006, Portugal investiu 0,21% do seu Rendimento*



*Nacional Bruto em Ajuda Pública ao Desenvolvimento. O compromisso assumido foi o de investir 0,7% até ao ano 2015.”*

Fonte: <http://www.objectivo2015.org/campanha.shtml>

Os oito objectivos contemplados abrangem as áreas de maior preocupação global:

- Reduzir para metade a pobreza extrema e a fome até 2015
- Alcançar o ensino primário universal até 2015
- Promover a igualdade de género e empoderar as mulheres
- Reduzir em dois terços a mortalidade infantil até 2015
- Reduzir em 75% a mortalidade materna até 2015
- Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças graves
- Garantir a sustentabilidade ambiental
- Fortalecer uma parceria global para o desenvolvimento

Ainda em relação à Declaração do Milénio é importante referir que a meio do tempo de execução, os resultados estão ainda muito aquém das expectativas, tornando-se imperativa uma redobrada aposta na cooperação.

É possível dizer então que existe uma maior predisposição para a solidariedade social, independente das diversas formas que esta possa assumir.

Convém referir que ainda não existe legislação na área da responsabilidade social (*“Apesar de não haver legislação nesta área...”*),

<http://www.naturlink.pt/canais/Artigo.asp?iArtigo=13109&iLingua=1>)

### 2.3. Ambiente Económico

Os agentes económicos movidos pela crescente e agressiva competitividade dos mercados obrigam a novas formas de diferenciação perante públicos cada vez mais informados e exigentes.

*“A responsabilidade social das empresas (RSE) é um tema de actualidade inquestionável. Nos últimos anos consolidou-se a noção de que as empresas podem e devem assumir na sociedade um papel mais amplo, transcendendo a sua vocação básica de criação de riqueza.”*

Fonte:

<http://www.millenniumbcp.pt/pubs/pt/investidores/responsabilidadecorporativa/mensagemdopresidente/?jsessionid=O3RZCMWEA0DPTQFIAMFSFF4AVABQWIY4>

A responsabilidade social surge como um precioso factor distintivo nas sociedades modernas. Esta é ainda mais premente em sectores e/ou empresas de elevada importância e interesses públicos.

*“O esforço e a atitude das empresas em respeitarem e incorporarem nas suas estratégias, princípios, práticas e normas de conduta que potenciem e enriqueçam as relações com colaboradores, clientes, accionistas, fornecedores, concorrentes e entidades públicas (stakeholders), beneficiam toda a comunidade e é comprovadamente valorizado.”*

Fonte:

<http://www.millenniumbcp.pt/pubs/pt/investidores/responsabilidadecorporativa/mensagemdopresidente/?jsessionid=O3RZCMWEA0DPTQFIAMFSFF4AVABQWIY4>

O interesse das empresas e organizações numa maior “aposta da responsabilidade e solidariedade social” é peremptório, basta visualizar os devidos planos e documentos que integram este tópicos, ou mesmo aceder aos inúmeros sites que detêm separadores específicos para tal. Para além das vantagens associadas à percepção do consumidor perante uma empresa socialmente responsável, importa ainda relevar os benefícios fiscais inerentes ao mecenato.



A responsabilidade social das empresas materializa-se na prestação de serviços e/ou auxílio de actividades que beneficiam grupos vulneráveis ou mesmo a sociedade em geral. Apoios financeiros e outros tipos de recursos (físicos como infra-estruturas, equipamentos, humanos, etc.) são algumas das acções adoptadas pelas empresas e grupos económicos para efectivar a sua responsabilidade social perante os consumidores.

*“A Responsabilidade Social da Empresa será assim uma fonte inovadora de geração de valor e criação de riqueza não só para os seus "stakeholders" mas também para toda a Sociedade.”*

Fonte:

<http://www.millenniumbcp.pt/pubs/pt/investidores/responsabilidadecorporativa/mensagemdopresidente/;jsessionid=O3RZCMWEA0DPTQFIAMFSFF4AVABQWIY4>

É ainda perceptível, que por parte da sociedade, existe o pensamento de que as empresas deverão actuar no seu meio envolvente como responsáveis, a nível pessoal e comunitário.

*“Embora promovida principalmente por grandes empresas ou multinacionais, a Responsabilidade Social das Empresas (RSE) deverá fazer parte da estratégia de qualquer empresa e de qualquer sector de actividade, incluindo as pequenas e médias empresas. É importante salientar que o que se entende por RSE não se limita ao que é exigido por lei relativamente às condições de trabalho e protecção do Ambiente, devendo ir para além disso e abranger acções voluntárias que contribuam para o desenvolvimento da sociedade através da educação, cultura e melhoria das condições de vida, por exemplo.”*

Fonte: <http://www.naturlink.pt/canais/Artigo.asp?iArtigo=13109&iLingua=1>

É importante também pronunciar-se quanto aos órgãos políticos internacionais que aplicam medidas que vão ao encontro desta ideologia: *“As orientações da Comissão Europeia no âmbito da estratégia de desenvolvimento sustentável indicam que as empresas cotadas na bolsa e com mais de 500 trabalhadores deverão publicar relatórios anuais relativos ao desempenho ambiental, económico e social. O Global Reporting Initiative é a referência mundial para a elaboração destes relatórios. Trata-se de uma iniciativa da CERES (Coalition for Environmentally Responsible Economies) em conjunto com organizações*



*como as Nações Unidas. Além da importância que terão para os accionistas e investidores, os relatórios de desempenho social deverão ser lidos pela comunidade em geral funcionando como um meio de dar a conhecer o esforço das empresas no âmbito da sua responsabilidade social e permitir aos consumidores estarem mais informados na sua escolha de produtos e serviços.”*

*Fonte: (<http://www.naturlink.pt/canais/Artigo.asp?iArtigo=13109&iLingua=1>).*

Para além desta obrigatoriedade por parte dos organismos políticos existe também uma promoção à mesma.

Surgindo então o conceito de certificação social, que assegura e comprova esta mesma realidade.

*“O número de empresas certificadas socialmente tem vindo a aumentar. Uma empresa certificada socialmente demonstra ter um papel activo na promoção das condições de trabalho ao longo da cadeia produtiva. A norma Social Accountability 8000 (SA8000) foi criada pelo Council on Economic Priorities Accreditation Agency (CEPAA) com base nas normas da Organização Internacional do Trabalho, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Declaração Universal dos Direitos das Crianças da ONU, dizendo respeito às condições de trabalho, mão-de-obra infantil, discriminação, salários e benefícios, saúde e segurança, liberdade de associação, horário de trabalho, entre outros aspectos. A nível mundial existem 218 empresas certificadas pela SA8000. A China é o país com maior número de certificações – 39, a Itália tem 34 e o Brasil 28. Em Portugal, a Delta Cafés, é a única empresa certificada pela SA8000, tendo projectos interessantes de apoio às comunidades onde recorrem à mão-de-obra, tais como Timor e Angola.”*

*Fonte: <http://www.naturlink.pt/canais/Artigo.asp?iArtigo=13109&iLingua=1>*

No anexo apresentamos outros dados relativos à responsabilidade social e que nos comportam para outros campos como o consumidor final (ver anexo I).

Numa abordagem do ambiente económico, contudo intrínseco ao ambiente tecnológico, surge actualmente um novo fenómeno potenciado pelas novas tecnologias. Os designados países economicamente menos desenvolvidos começam a entrar nas dinâmicas competitivas dos mercados globais. As multi-nacionais operam simultaneamente em vários países, procedendo ao *outsourcing* em partes diferentes do globo diferentes serviços.





---

*Como nunca antes na História da Humanidade, é agora possível que mais pessoas colaborem e concorram em tempo real com outras, em muitos mais tipos de trabalho, em muitos mais cantos do planeta e em pé de igualdade – recorrendo a computadores, e-mails, ligações de rede de fibra óptica, teleconferências e software novo e dinâmico.*

Fonte: Friedman, Thomas: *O Mundo é Plano*, pág. 17

A realidade acima apresentada é, contudo, uma realidade que reflecte a forte “adesão à globalização” da Ásia, não contemplando ainda a maioria dos países africanos. Como é visível nos mapas de distribuição da riqueza global em anexo, considerando as tendências actuais, a Ásia enfrentará um forte crescimento económico (que não se traduzirá necessariamente em igual proporção na melhoria das condições de vida das populações), ao passo que África poderá ficar ainda mais pobre.

É ainda importante referir o estado actual da nação portuguesa, nomeadamente quanto aos seus indicadores económicos genéricos e que nos apontam para futuros e hipotéticos comportamentos da sociedade, conforme anexo II.

## 2.4. Ambiente Tecnológico

O facilitado e cada vez mais generalizado acesso às novas tecnologias reflecte-se na optimização dos contactos, na maior abrangência das comunicações, na rapidez das transacções, traduzindo-se, de um modo geral, numa melhoria dos serviços.

O avanço tecnológico deve ser utilizado como uma forte ferramenta de promoção das sociedades.

*Os Média são uma das respostas mais óbvias para contrariar conjunturas de crise e de resolução de conflitos ou pós-conflitos, a construção de identidades e solidificação de democracias, em especial os Média comunitários, que surgem da necessidade de tornar a comunicação acessível a todos. Aqui as ONG desempenham um papel mais natural do que no trabalho directo com as liberdades fundamentais, intervenção essa mais especializada.*

Fonte: Ana Baptista – INDE – Intercooperação e Desenvolvimento in Relação das ONGD com os Média e a Opinião Pública

A tecnologia existente permite não só uma optimização dos resultados, mas também dos processos internos. No primeiro caso, as novas tecnologias permitem a comunicação em tempo real, ou pelo menos facilitada, com comunidades geograficamente remotas, potenciando por um lado a denúncia de violações de direitos humanos dando aos agentes legitimidade para intervir, e por outro abrindo as portas à globalização com todas as vantagens e desvantagens a ela inerentes. Ao nível dos processos a possibilidade de interacção constante potencia o envolvimento de todos os actores no processo de desenvolvimento, através de reuniões *online*, vídeo conferencias, transferência de ficheiros, entre outros. Esta interacção é especialmente importante no contexto de organizações que contam com o trabalho de voluntários e dirigem a sua acção essencialmente para países distantes, beneficiando, por um lado da optimização dos tempos livres de cada voluntário e, por outro, da possibilidade de ouvir as necessidades dos reais beneficiários.

A evolução tecnológica e a sua crescente aceitação por parte da sociedade apresentam-se como factores fundamentais na promoção de projectos e campanhas de desenvolvimento permitindo atingir um maior número de pessoas/empresas com uma substancial redução dos custos de comunicação.

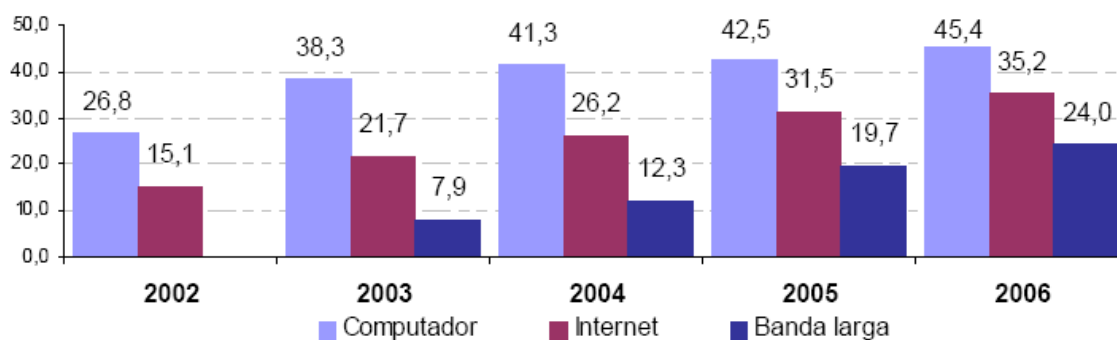


### “Uso das TIC já está generalizado nas empresas portuguesas

*Segundo os resultados do Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação nas Empresas, realizado em 2006 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) com a colaboração da Agência para a Sociedade do Conhecimento (UMIC), 95% das empresas com dez e mais pessoas ao serviço usam computador, 84% utilizam correio electrónico e 83% dispõem de acesso à Internet, sendo que 66% dispõem de ligações à Internet através de banda larga.”*

Fonte: <http://www.iapmei.pt/iapmei-art-03.php?id=2043>

**FIGURA 3: POSSE DE COMPUTADOR, LIGAÇÃO À INTERNET E LIGAÇÃO ATRAVÉS DE BANDA LARGA NOS AGREGADOS DOMÉSTICOS, 2002-2006 (%)**



Fonte: INE

O Instituto Nacional de Estatísticas facultá-nos uma série de questões que nos permite verificar esta nova tendência registada no nosso país. Cada vez mais a sociedade portuguesa utiliza o computador e a Internet.

Confrontando o figura 3 sabemos que, no período de 2003 a 2006, houve um crescimento expressivo, fixando-se em 47,4% a taxa média de crescimento anual deste indicador. A percentagem de agregados que dispõem de ligação por banda larga triplicou face a 2003, situando-se actualmente em 24%, o que corresponde a 68,3% do total de agregados com acesso à Internet.



---

Como também já referido no ambiente sócio-cultural existe uma maior consciencialização para a responsabilidade/solidariedade social por parte das sociedades, possibilitada também pelas novas tecnologias que permitem a partilha de informações e de opiniões *online*. Factor que deve merecer atenção por parte das organizações que se prestam para estas temáticas.

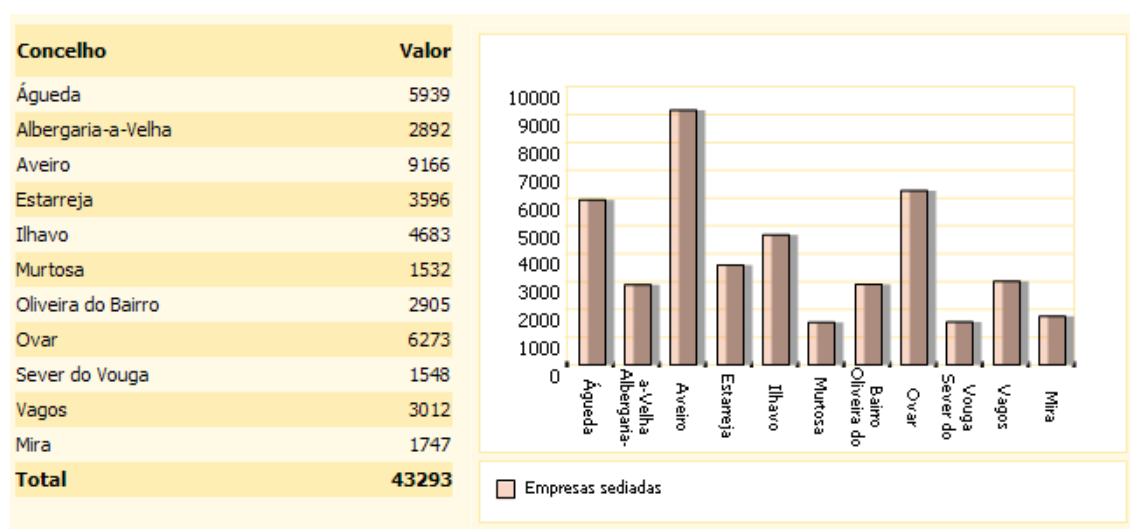


### 3. ANÁLISE DE MERCADO AVEIRO

Na última década, o distrito de Aveiro foi alvo de um forte crescimento, potenciado pelo aumento de parques industriais e comerciais, assistindo-se ainda a um aumento da população jovem, resultado do crescente reconhecimento da universidade da cidade.

Na região de Aveiro, como disposto na figura abaixo, detalhamos que existem cerca de 43 mil empresas, com um maior índice de localização no concelho de Aveiro (factor de maior importância pois é aí que a ORBIS se encontra localizada.).

FIGURA 4: EMPRESAS SEDIADAS NA REGIÃO DE AVEIRO, EM 2004

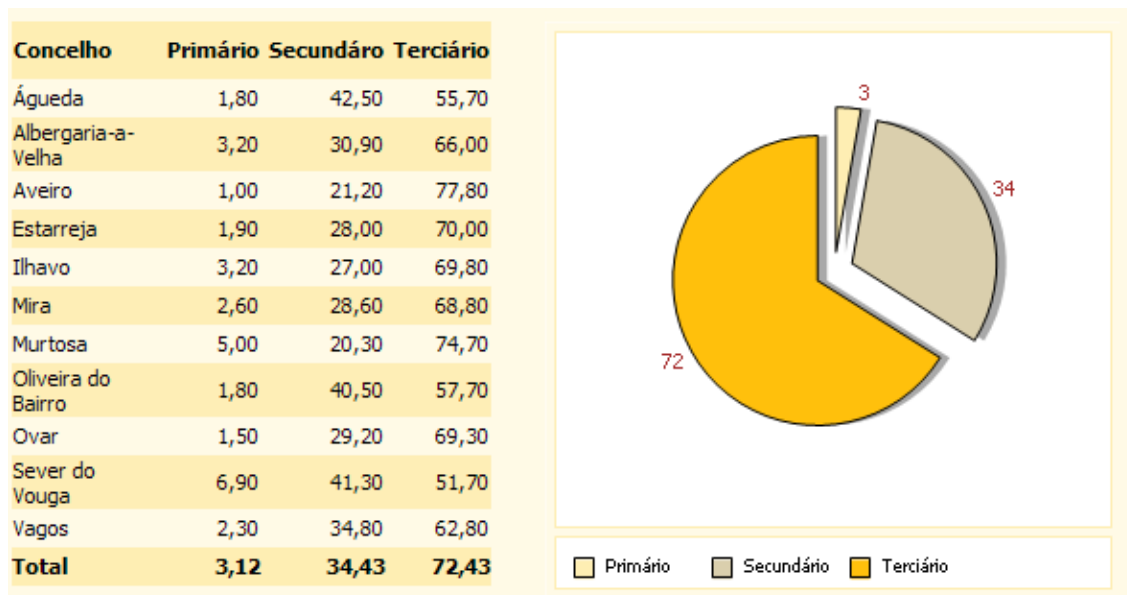


Fonte: [http://www.aida.pt/geoinvest/site/paginas.asp?acr=s\\_reg](http://www.aida.pt/geoinvest/site/paginas.asp?acr=s_reg)

De relevar ainda que mais de 70% dessas empresas são empresas ligadas aos serviços (sector terciário), conforme figura 4.



**FIGURA 5: EMPRESAS POR SECTOR DE ACTIVIDADE NA REGIÃO DE AVEIRO, EM 2004**



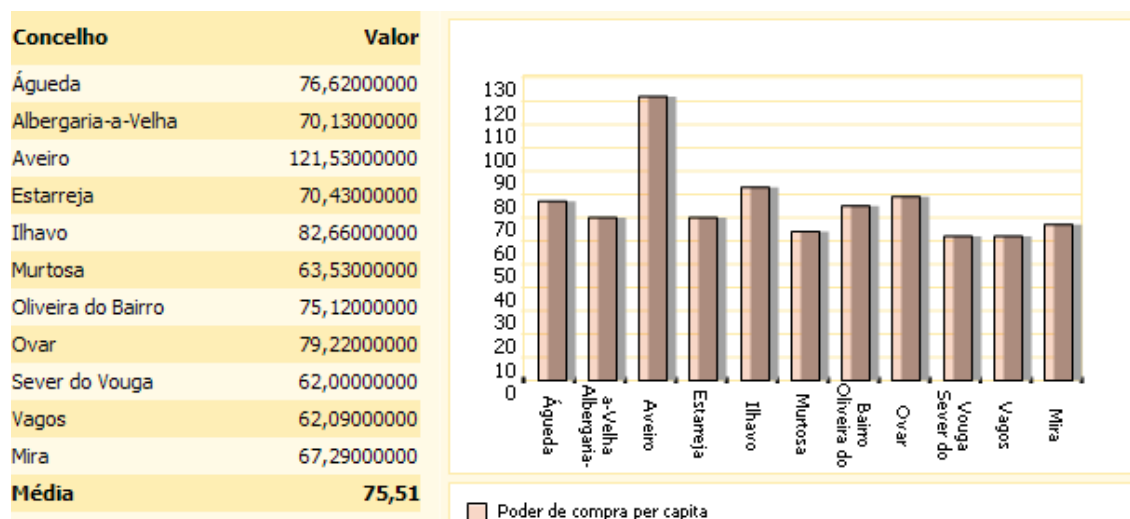
Fonte: [http://www.aida.pt/geoinvest/site/paginas.asp?acr=s\\_reg](http://www.aida.pt/geoinvest/site/paginas.asp?acr=s_reg)

No concelho de Aveiro, o valor percentual é ainda mais assinalável, chegando a cerca dos 80%. Convém ainda afirmar que estes dados são respeitantes ao ano de 2004 (podendo haver algumas variações de relevo em alguns dos casos).

É ainda é possível acrescentar, segundo dados do site AIDA (Associação Industrial do Distrito de Aveiro), dados relativos ao poder de compra per capita da população da região de Aveiro (ver figura abaixo).



**FIGURA 6: ÍNDICE DE PODER DE COMPRA PER CAPITA NA REGIÃO DE AVEIRO, EM 2004**



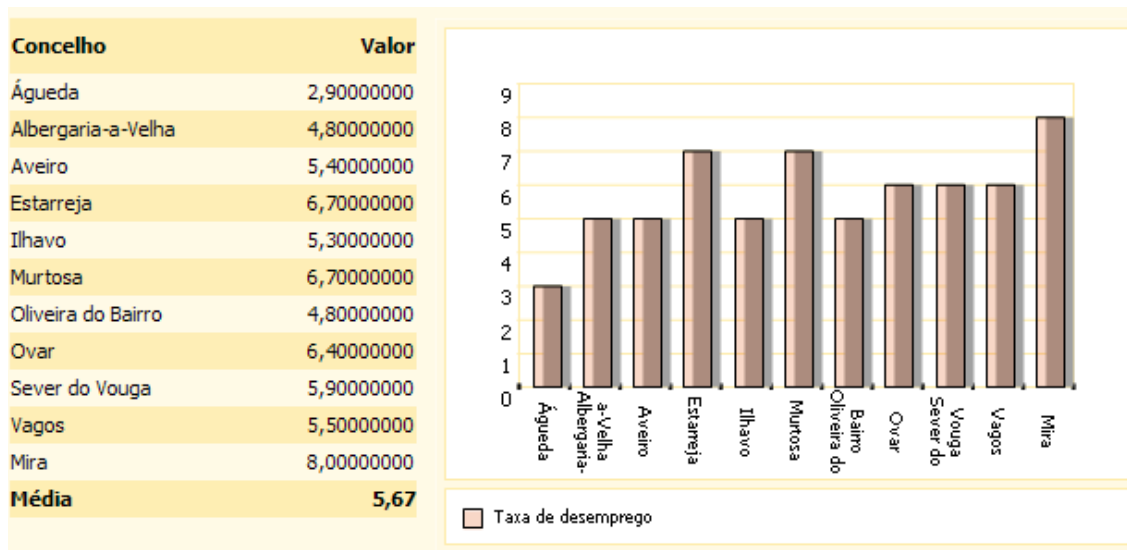
Fonte: [http://www.aida.pt/geoinvest/site/paginas.asp?acr=s\\_reg](http://www.aida.pt/geoinvest/site/paginas.asp?acr=s_reg)

O poder de compra *per capita*, em termos médios, como evidenciado no gráfico e quadro acima é bastante menor que a média do índice de poder de compra de Portugal (100). No entanto, no concelho de Aveiro este ultrapassa em cerca de 20 unidades. Factor relevante e benéfico para o ciclo de actividades que a ORBIS apresenta para a cidade de Aveiro.

Embora o clima económico nacional seja desfavorável, o índice de poder de compra no concelho de Aveiro (elevado em relação à média nacional) indicia-nos pontos positivos, nomeadamente na capacidade de poder de compra correlacionada com eventuais acções de beneficência social.



FIGURA 7: TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO DE AVEIRO, EM 2001



Fonte: [http://www.aida.pt/geoinvest/site/paginas.asp?acr=s\\_reg](http://www.aida.pt/geoinvest/site/paginas.asp?acr=s_reg)

A taxa de desemprego no concelho de Aveiro em 2001 é de 5,4 valores percentuais, mas ajustada temporalmente aos dias de hoje esse valor deverá estar um pouco abaixo da taxa de desemprego nacional actual (cerca de 8,5 por cento).





FIGURA 8: NÍVEL DE EDUCAÇÃO NA REGIÃO DE AVEIRO, EM 2001

Pop. com ensino básico em 2001

Concelho	Total
Águeda	32534
Albergaria-a-Velha	16405
<b>Aveiro</b>	<b>41185</b>
Estarreja	18388
Ilhavo	23236
Murtosa	6764
Oliveira do Bairro	13692
Ovar	35215
Sever do Vouga	8607
Vagos	14523
Mira	8156
<b>Total</b>	<b>218705</b>

Pop. com ensino secundário em 2001

Concelho	Total
Águeda	6655
Albergaria-a-Velha	3319
<b>Aveiro</b>	<b>12034</b>
Estarreja	3964
Ilhavo	5234
Murtosa	827
Oliveira do Bairro	2596
Ovar	7820
Sever do Vouga	1572
Vagos	2563
Mira	1564
<b>Total</b>	<b>48148</b>

Pop. com ensino superior em 2001

Concelho	Total
Águeda	3702
Albergaria-a-Velha	1655
<b>Aveiro</b>	<b>11481</b>
Estarreja	2085
Ilhavo	4124
Murtosa	568
Oliveira do Bairro	1730
Ovar	4802
Sever do Vouga	958
Vagos	1420
Mira	1181
<b>Total</b>	<b>33706</b>

Pop. sem escolaridade em 2001

Concelho	Total
Águeda	5897
Albergaria-a-Velha	3138
<b>Aveiro</b>	<b>7876</b>
Estarreja	3620
Ilhavo	4386
Murtosa	1255
Oliveira do Bairro	3037
Ovar	7038
Sever do Vouga	1994
Vagos	3444
Mira	1925
<b>Total</b>	<b>43610</b>

Fonte: adaptado de [http://www.aida.pt/geoinvest/site/paginas.asp?acr=s\\_reg](http://www.aida.pt/geoinvest/site/paginas.asp?acr=s_reg)

	2001	
	número	percentagem
sem escolaridade	43610	12,67%
ensino primário	218705	<b>63,55%</b>
ensino secundário	48148	13,99%
ensino superior	33706	9,79%

total **344169**



#### 4. BREVE SEGMENTAÇÃO E POSICIONAMENTO

A ORBIS pretende afirmar-se como uma organização de cooperação para o desenvolvimento revendo-se na própria definição do conceito.

*«A Cooperação para o Desenvolvimento destina-se a apoiar regiões, países e comunidades que têm mais dificuldades, num contexto de desequilíbrio da repartição dos recursos e oportunidades a nível mundial. A cooperação deve ser o fruto de uma solidariedade recíproca entre povos e o desejo de fomentar o reconhecimento e o respeito pela dignidade humana. Significa envolver as populações na definição, planificação e criação do seu próprio futuro, é capacitar as pessoas e comunidades para intervirem no seu próprio desenvolvimento auto-sustentado, num mundo cada vez mais globalizado e interdependente.»*

Fonte: Plataforma Portuguesa das ONGD

Os principais grupos-alvo são os beneficiários dos países em desenvolvimento; organizações de base dos países em vias de desenvolvimento; sociedade civil em geral; opinião pública dos países europeus, organismos e instituições estatais; empresas e câmara municipais. É importante referir que, no contexto dos países em desenvolvimento, a ORBIS focaliza a sua acção principalmente (embora não em exclusividade) nos PALOP.

No que se refere aos recursos humanos, a ORBIS está aberta a todas as pessoas de boa vontade, capazes de se integrar em grupos de trabalho, estruturas e comunidades dos países onde estiverem e nos projectos em que participarem, sem distinção de raça, religião ou estatuto social e que desejem colaborar nos seus projectos e no seu espírito de serviço.

Apostando fortemente na comunicação e na transparência, a ORBIS aspira a uma imagem de credibilidade e responsabilidade perante a sociedade civil, características que se entendem como fundamentais para o bom funcionamento de uma organização que depende, em grande parte, das parcerias estabelecidas com os sectores público e privado.



## 5. ANÁLISE SWOT

As potencialidades e fragilidades referem-se à organização, enquanto as oportunidades e ameaças referem-se aos factores externos sobre os quais a organização não exerce controlo algum (WESTWOOD, 1996). A análise SWOT envolve a compreensão e a análise das potencialidades e fragilidades da organização e a identificação das ameaças à sua actividade. A intenção é explorar os pontos fortes, superar as fragilidades, aproveitar as oportunidades e defender-se contra as ameaças.

Pontos Fortes:

- Posição relevante na cidade de Aveiro
- Voluntários empenhados e motivados, beneficiando da experiência adquirida enquanto organização informal
- Página de Internet com qualidade visual e informativa
- Ligações privilegiadas com públicos ligados às comunidades católicas
- Apoio financeiro da Diocese de Aveiro
- Sede localizada no Campus Universitário

Pontos Fracos:

- Recursos Humanos exclusivamente em regime de voluntariado (com disponibilidade limitada)
- Infra-estruturas insuficientes (espaço para a sede em local pequeno e sem destaque, falta de equipamentos)
- Dependência parcial do financiamento da Diocese de Aveiro

Oportunidades:



- Localização da organização na zona centro-norte (a grande maioria das organizações de cooperação para o desenvolvimento encontram-se na zona da grande Lisboa)
- População jovem mais alerta para os problemas sociais
- Maior apetência para as novas tecnologias da população em geral e também das empresas.
- Aumento da população em Aveiro
- Acréscimo de empresas na zona de Aveiro
- Valorização do conceito de Responsabilidade Social perante consumidores e empresas
- Ratificação por parte do Estado Português da Declaração do Milénio

#### Ameaças:

- Decréscimo do poder de compra da população
- Acréscimo nas dificuldades de obtenção de vistos para permanências superiores a 3 meses (válido apenas para alguns países)
- Organizações Não Governamentais envolvidas em escândalos (ex.: Arca de Zoe)
- Proliferação da corrupção



## 6. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Alicerçados na proximidade afectiva e histórica existente entre os povos do Norte e Sul, possibilitada pelas “auto-estradas da informação”, a ORBIS permite-se desenvolver acções que materializem o sentimento de solidariedade social positivo das sociedades em projectos de cooperação e promoção do desenvolvimento, cumprindo deste modo o seu objectivo último: combater a Pobreza Extrema, colaborando para o Desenvolvimento Sustentável dos povos.

Com base na presente análise, definem-se para os próximos 3 anos os seguintes objectivos estratégicos:

- **Desenvolvimento institucional**

Capacitar a organização com ferramentas que potenciem a sua acção, nomeadamente a integração na Rede Social de Aveiro, na Rede Europeia Anti-Pobreza e fundamentalmente, a obtenção do estatuto de ONGD.

Reforçar a aposta na comunicação institucional através da página de Internet, boletim informativo, meios de comunicação social, entre outros.

- **Educar para o Desenvolvimento**

Desenvolver na sociedade civil, com especial enfoque nas camadas estudantis do distrito de Aveiro, uma consciencialização, sensibilização e compreensão das causas (e respectivas soluções) dos problemas de desenvolvimento e das desigualdades locais e globais; bem como, promover o direito e o dever de todas as pessoas, e de todos os povos, participarem e contribuírem para um desenvolvimento integral e sustentável.

- **Criar parcerias com empresas privadas**

Apresentar a ORBIS como uma parceira na responsabilidade social das empresas. Criar parcerias com empresas para concessão de bens e serviços (ex.: design e comunicação multimédia; consultoria, etc.) e para concessão de donativos (mecenato).

- **Consolidar Recursos Humanos**

Formar voluntários para que coordenem projectos específicos de desenvolvimento. Criar meios para integração de, no mínimo, duas pessoas em regime de *full time*.



- **Desenvolver projectos transversais**

Dinamizar e consolidar projectos transversais, nomeadamente adopção virtual e comércio solidário nos vários países de intervenção da ORBIS, sendo que o primeiro consiste no apoio financeiro de cidadãos portugueses com destino a apoiar a educação de crianças necessitadas nos PALOP; o segundo consiste no estabelecimento de relações de vantagem social com artesãos em Angola, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique, e Timor Lorosae que assim vêem o fruto do seu trabalho tirá-los da pobreza extrema, resultado da comercialização dos produtos em Portugal através de parcerias estabelecidas com comerciantes locais.

- **Desenvolver projectos de desenvolvimento específicos por país**

Desenvolver projectos de desenvolvimento específicos por país, no seguimento de solicitações oriundas de agentes no terreno (missões católicas ou outras organizações de intervenção social) ou recolha directa de necessidades, desde que estejam de acordo com os valores e objectivos estratégicos da ORBIS, incidindo de facto sobre as problemáticas contempladas nos ODM.

## CONCLUSÃO

O plano estratégico é um documento fundamental nesta fase inicial da organização. Com a sua elaboração, obtivemos um panorama geral dos diversos contextos em que a ORBIS se insere, quer a um nível macro, quer ao nível local, nomeadamente Aveiro.

A análise do meio envolvente, da organização e do mercado onde se insere são pontos essenciais para qualquer formulação ou estudo de uma estratégia a implementar, independentemente da posição em que a instituição se encontre. Desta forma, o diagnóstico de situação não deverá ser somente confinado a um único ponto de vista, mas a um misto de várias ópticas integradas e que colaborem eficazmente na estruturação de um plano. Acreditamos que o documento aqui presente contempla os diversos pontos de análise essenciais.

A definição da estratégia a seguir nos próximos três anos, o objectivo deste plano, foi conseguida. Mediante as análises externas e internas da organização, foi possível identificar claramente as áreas de intervenção para o período acima mencionado. Conclui-se portanto que o macro-ambiente se encontra em permanente mutação, mutação potenciada em grande parte pelas novas tecnologias e, naturalmente, pelas políticas internacionais. Conclui-se que a Responsabilidade Social das Empresas é cada vez mais uma vantagem competitiva. Conclui-se que cada vez mais há uma consciência global para a cooperação. E conclui-se ainda que a cooperação para o desenvolvimento é cada vez mais uma peça fundamental na construção do puzzle global.

Em suma, podemos aferir que acção da ORBIS é justificada e necessária, contando neste momento com estratégias adequadas.



---

## **BIBLIOGRAFIA**

- VRONTIS, Demetris; et al: Strategic marketing planning, *Journal of Business & Industrial Marketing* – Volume 21 · Number 4 · 2006 · 250–261
- FRIEDMAN, Thomas: *O Mundo é Plano*, Lisboa, 2007





## NETGRAFIA

- <http://www.desenvolvimentosustentavel.pt/pt/desenvolvimentosustentavel/indicadores-e-metas/lista.aspx>
- <http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20080329151358AAImsYv>
- <http://www.portugalvivo.com/spip.php?article794>
- <http://www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/JacquelineRutkowski.pdf>
- <http://www.millenniumbcp.pt/pubs/pt/investidores/responsabilidadecorporativa/mensagemdopresidente/;jsessionid=O3RZCMWEA0DPTQFIAMFSFF4AVABQWIY4>
- <http://www.portaldaempresa.pt/CVE/pt/Gestao/ResponsabilidadeSocial/>
- [http://www.aida.pt/geoinvest/site/paginas.asp?acr=s\\_reg](http://www.aida.pt/geoinvest/site/paginas.asp?acr=s_reg)
- <http://www.worldmapper.org>
- <http://www.portaldaempresa.pt/CVE/pt/Gestao/ResponsabilidadeSocial/>
- [http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=119&Itemid=119](http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=119&Itemid=119)
- <http://www.modernizacao-administrativa.pt/newsletter/5/MA5/Census1.html>
- <http://www.objectivo2015.org/campanha.shtml>

Fonte: [http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia\\_all.asp?noticiaid=9480&seccaoid=9&tipoid=85](http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia_all.asp?noticiaid=9480&seccaoid=9&tipoid=85)

- [http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=119&Itemid=119](http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=119&Itemid=119)
- <http://www.plataformaongd.pt/>



## ANEXOS

### Anexo I

*Um estudo conduzido nos Estados Unidos mostrou que:*

- *60% das pessoas que procura emprego escolheriam a oferta da empresa que demonstrasse maior responsabilidade social;*
- *50% dos consumidores está disposto a pagar mais por um produto que esteja associado a uma causa social;*
- *20% da população pagaria 10% a mais pela causa certa;*
- *61% dos consumidores mudaria de loja para uma associada a uma causa social;*
- *70% dos consumidores não compraria produtos produzidos por empresas que desrespeitem as questões sociais, como por exemplo, a utilização de mão de obra infantil.*

Fonte: <http://www.naturalink.pt/canais/Artigo.asp?iArtigo=13109&iLingua=1>

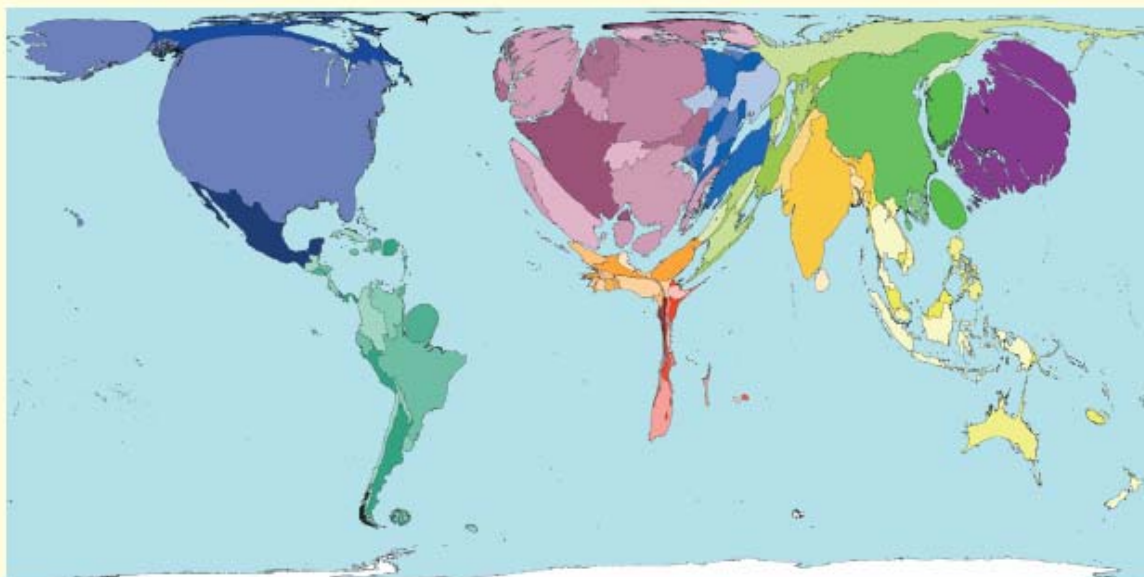
## Anexo II

		2001	2002	2003	2004	2005	2006
<b>PIB pm</b>	<i>milhões de euros</i>	129 308	135 434	138 582	144 128	148 852	155 131
	<i>milhões de USD</i>	115 809	128 066	156 764	179 281	185 186	194 783
	<i>t.v. volume</i>	2,0	0,8	-0,7	1,5	0,5	1,3
	<i>per capita</i>						
	<i>euros</i>	12 561	13 066	13 268	13 715	14 092	14 654
	<i>USD</i>	11 250	12 355	15 008	17 061	17 531	18 400
	<i>por pessoa empregada</i>						
	<i>t.v.valor</i>	3,9	4,2	2,7	3,9	3,3	3,5
<b>Consumo</b>	<i>privado</i>						
	<i>milhões de euros</i>	81 800	85 385	87 822	92 323	96 690	101 000
	<i>t.v.volume</i>	1,3	1,3	-0,1	2,5	2,2	1,1
	<i>público</i>						
	<i>milhões de euros</i>	25 436	27 144	28 129	29 747	31 552	31 965
	<i>t.v.volume</i>	3,3	2,6	0,2	2,6	2,2	-0,5
<b>Investimento (FBCF)</b>	<i>milhões de euros</i>	34 218	33 841	31 735	32 581	32 272	32 492
	<i>% do PIB</i>	26,5	25,0	22,9	22,6	21,7	20,9
	<i>t.v. volume</i>	1,0	-3,5	-7,4	0,2	-3,3	-1,6
	<i>excluindo construção</i>						
	<i>% do PIB</i>	12,5	11,6	10,7	10,6	10,2	10,2
	<i>t.v. volume</i>	-1,5	-3,7	-4,9	2,3	-1,9	2,9
<b>Comércio Internacional de Bens e Serviços</b>							
	<i>exportações (fob)</i>						
	<i>milhões de euros</i>	37 360	37 879	38 790	40 953	42 427	48 238
	<i>importações (fob)</i>						
	<i>milhões de euros</i>	50 319	49 135	47 874	52 213	55 330	60 402
	<i>saldo (fob)</i>						
	<i>% do PIB</i>	-10,0	-8,3	-6,6	-7,8	-8,7	-7,8
<b>Investimento Directo Estrangeiro</b>							
	<i>do exterior (IDE)</i>						
	<i>bruto</i>						
	<i>milhões de euros</i>	27 866	21 707	32 224	27 111	27 653	27 701
	<i>líquido</i>						
	<i>milhões de euros</i>	6 963	1 912	7 614	1 874	3 188	5 875
	<i>no exterior (IPE)</i>						
	<i>bruto</i>						
	<i>milhões de euros</i>	13 384	11 612	11 373	12 268	9 753	5 620
	<i>líquido</i>						
	<i>milhões de euros</i>	6 997	- 158	7 113	6 318	1 671	2 796
<b>População [1]</b>	<i>mil hab</i>	10 294	10 366	10 445	10 509	10 563	10 586
<b>Emprego [1]</b>	<i>mil indiv</i>	5 112	5 137	5 118	5 123	5 123	5 159
<b>Desemprego [1]</b>	<i>mil indiv</i>	213	271	342	365	422	428
<b>Taxa de actividade [1]</b>	<i>% pop.total</i>	51,7	52,2	52,3	52,2	52,5	52,8
<b>Taxa desemprego [1] (Portugal)</b>	<i>% pop.activa</i>	4,0	5,0	6,3	6,7	7,6	7,7
<b>Taxa de desemprego (UE-27)</b>	<i>% pop.activa</i>	8,4	8,8	9,0	9,0	8,7	7,9
<b>Saldo Global SPA</b>	<i>% do PIB</i>	-4,4	-4,1	-5,4	-5,2	-6,0	-3,9
<b>Dívida Pública</b>	<i>% do PIB</i>	55,9	55,5	56,8	58,2	63,6	64,8
<b>Saldo da Balança Corrente</b>	<i>milhões de euros</i>	- 12 801	- 10 961	- 8 457	- 11 112	- 14 483	- 14 599
	<i>% do PIB</i>	-9,9	-8,1	-6,1	-7,7	-9,7	-9,4
<b>IHPC - Portugal</b>	<i>t.v.anual</i>	4,4	3,7	3,3	2,5	2,1	3,0
<b>IHPC - UE-27</b>	<i>t.v.anual</i>	3,2	2,5	2,1	2,3	2,3	n.d.

Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudos – Ministério da Economia e da Inovação

# Wealth Year 1990

The University of Sheffield  The Leverhulme Trust   
Produced by the SASI group (Sheffield) and Mark Newman (Michigan)



In 1990 the region with the lowest wealth or Gross Domestic Product (GDP) was Central Africa. The GDP of Central Africa was 0.8% of the GDP of the richest region, North America. If just 1% of the North America's GDP had been redistributed to Central Africa the region's GDP would have more than doubled.

Wealth per person had doubled since 1960, and the world GDP rose from PPP US\$8 trillion to US\$27 trillion over these thirty years. This vast increase in wealth was distributed in a broadly similar pattern to 30 years before. One change is the growth of Japan, China, the Republic of Korea and Taiwan.

Territory size shows the proportion of worldwide Gross Domestic Product measured in US\$ equalised for purchasing power parity that was produced there in 1990.



Land area

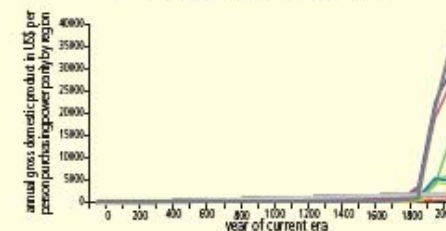
**Technical notes**  
 • Data are from Angus Maddison's 2003 The World Economy.  
 • Gross Domestic Product is measured in Purchasing Power Parity (PPP) US\$, thus PPP US\$ 1 has the same purchasing power in every territory. This PPP is in 1990 prices.  
 • See website for further information.

## MOST AND LEAST WEALTHY TERRITORIES IN 1990

Rank	Territory	Value	Rank	Territory	Value
1	United States	23201	191	Bangladesh	640
2	France	22603	192	Afghanistan	601
3	Switzerland	21482	193	Uganda	592
4	Canada	18872	194	Ethiopia	581
5	Japan	18789	195	Niger	562
6	Greenland	18662	196	Malawi	558
7	Norway	18466	197	United Republic of Tanzania	540
8	Denmark	18452	198	Guinea	526
9	Sweden	17695	199	Dem Republic Congo	525
10	Hong Kong (China)	17541	200	Chad	421

US\$ of Gross Domestic Product in purchasing power parity per person in 1990\*

## TIMELINE OF WORLD WEALTH

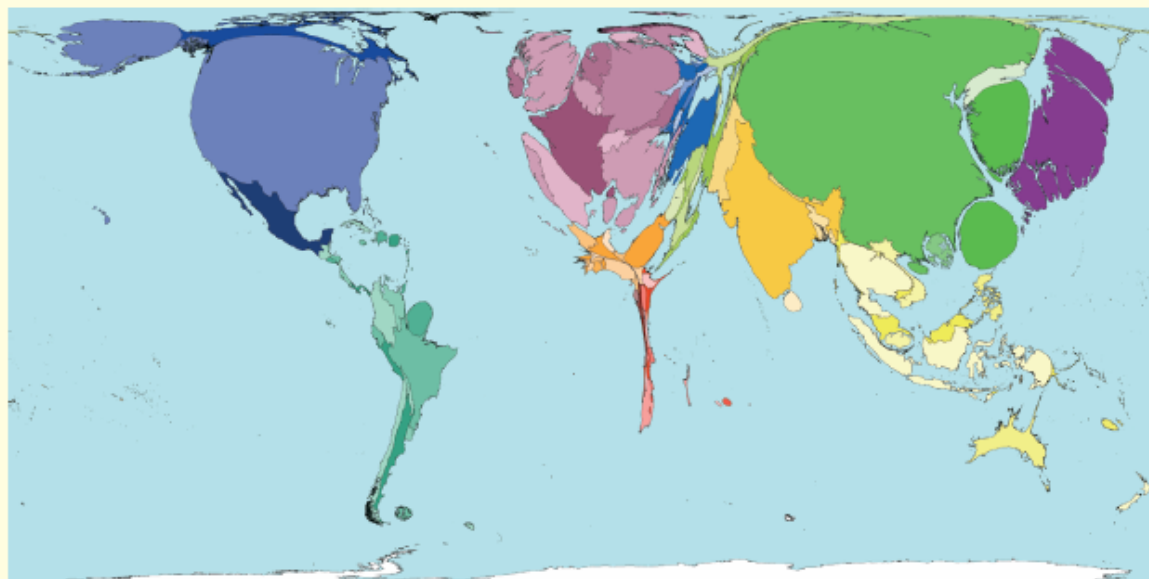


*“As of 1990 ... the Korean stock market was equal in size to all the emerging markets of East Asia combined.”*

Andrew Horvat, 2005



# Wealth Year 2015



The projected wealth of China in 2015 could mean it producing 27% of all the wealth in the world, if the economic trends established between 1975 and 2002 continue for another 13 years. In year 1 of the current era China produced 26% of the wealth in the world, but very slowly declined to generating only 5% of the world total in 1960.

Whilst China is predicted to recover its former position within the world economy, this time instead of the Americas having a very small percentage of world wealth, as in year 1, now it is African territories that are predicted to remain small on the international financial stage. Eastern European territories are also predicted to have decreasing proportions of world wealth.

Territory size shows the proportion of worldwide Gross Domestic Product measured in US\$ equalised for purchasing power parity to be produced there in 2015.



Land area

**Technical notes**

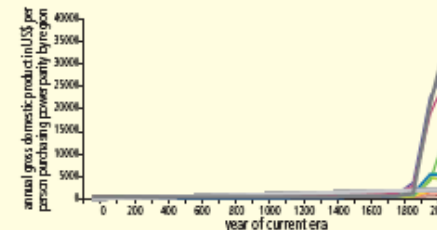
- Data are from Angus Maddison's 2003 The World Economy and the United Nations Population Division's 2002 World Population Estimates.
- Gross Domestic Product is measured in Purchasing Power Parity (PPP) US\$, thus PPP US\$1 has the same purchasing power in every territory. This PPP is in 1990 prices.
- See website for further information.

**TERRITORIES PREDICTED TO BE THE MOST AND LEAST WEALTHY BY 2015**

Rank	Territory	Value	Rank	Territory	Value
1	Taiwan	64519	191	Comoros	533
2	Hong Kong (China)	51470	192	Dem Republic Congo	525
3	Singapore	48645	193	Chad	493
4	Malta	42407	194	Central African Republic	485
5	Luxembourg	38526	195	Zambia	480
6	Republic of Korea	38249	196	Djibouti	446
7	United States	38063	197	Sierra Leone	443
8	Norway	36830	198	Afghanistan	423
9	Japan	35694	199	Tajikistan	361
10	Ireland	34677	200	Niger	348

US\$ of Gross Domestic Product in purchasing power parity per person in 1990\*

**TIMELINE OF WORLD WEALTH**



*“Asia’s rise is the economic event of our age. Should it proceed as it has over the last few decades, it will bring the two centuries of global domination by Europe and, subsequently, its giant North American offshoot to an end.”*

Martin Wolf, 2003

